

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Nos termos dos incisos IV e V do artigo 71 da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Tribunal de Contas da União - TCU para a realização de auditoria meticulosa nos contratos que a empresa Octapharma mantém com o Ministério da Saúde, bem como nos fundamentos jurídicos que dão sustentação aos contratos.

Investigada pelo Ministério Público de Portugal no âmbito da Operação Marquês (congênera portuguesa da Operação Lava Jato no Brasil), a Octapharma, de acordo com pesquisa realizada pela Consultoria de Orçamento do Senado, vem recebendo anualmente, em contrato com o Ministério da Saúde, os seguintes Valores:

- 2015: R\$ 72 milhões (o valor empenhado é de R\$ 117 milhões);
- 2014: R\$ 124 milhões;
- 2013: R\$ 118 milhões;
- 2012: R\$ 235 milhões;
- 2011: R\$ 65 milhões;
- 2010: R\$ 54 milhões.

JUSTIFICAÇÃO

O Ministério Público de Portugal, no âmbito da Operação Marquês, investiga se Joaquim Paulo Nogueira Lalande e Castro (do grupo Octapharma), Carlos Santos Silva (Grupo Lena - no Brasil tem sede em Salvador e controla 5 grandes empresas) e José Sócrates (ex-primeiro-ministro de Portugal) montaram um esquema de branqueamento de capitais.

O objetivo do esquema era trazer para a esfera do ex-primeiro-ministro, de modo aparentemente legal, dinheiro que estava nas contas de Carlos Santos Silva. Para isso, Sócrates - que já era contratado pela Octapharma e tinha um salário de €12.500,00 Euros - teria acordado com os outros arguidos que lhe fosse atribuído um segundo salário de €12.500,00 Euros, desta vez por parte da DynamicsPharma (outra empresa de Lalande e Castro mais centrada no mercado cubano e argelino, mas que também tem contrato com o Ministério da Saúde no Brasil). Contudo, ao contrário do

seu salário da Octapharma, o Ministério Público de Portugal suspeita que o que vinha da DynamicsPharma seria uma retribuição simulada, uma vez que Santos Silva transferia esse valor para Lalanda e Castro através de offshores.

Em janeiro de 2013 o ex-primeiro-ministro de Portugal José Sócrates, atuando como consultor da Octapharma para o Brasil, participou de uma reunião em Brasília, com Lalanda e Castro e o então Ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Segundo investigadores da Operação Marquês, o fato de Sócrates ter bons contatos com pessoas influentes no Brasil, sua contratação formal podia ajudar a garantir as relações comerciais da farmacêutica Octapharma com o Estado brasileiro.

Os investigadores da Operação Marquês suspeitam que José Sócrates, atuava na Octapharma e no Grupo Lena junto com Guilherme Dray, chefe de gabinete do seu último governo, e Vítor Escária, antigo assessor para a economia. Dray e Escária usavam uma vasta rede de contatos acumulados com personalidades estrangeiras para angariar negócios para o ex-governante José Sócrates distribuir entre empresários amigos mediante pagamento.

Todavia, não é apenas a atuação de José Sócrates na Octapharma que está na mira do ministério Público Português, várias notícias na imprensa portuguesa indicam que a equipe de investigadores identificaram diversas conexões entre a Operação Lava Jato e a Operação Marquês, são exemplos:

<http://sol.pt/noticia/404123/Teia-do-Brasil-chegou-a-Portugal-por-mala-diplomatica>

<http://www.sol.pt/noticia/419953/opera%C3%A7%C3%A3o-marqu%C3%AAs--as-provas-que-a-su%C3%AD%C3%A7a-enviou>

http://www.cmjornal.xl.pt/multimedia/videos/detalhe/lula_convence_socrates_no_negocio_da_pt.html

Na Operação Marquês, os investigadores portugueses seguem a pista da Odebrecht pela sua presença ao lado do grupo Lena, numa série de consórcios vencedores de obras públicas durante os governos de José Sócrates. Seguem também os passos da entrada da Portugal Telecom – PT no capital da empresa brasileira Oi, que teve participação da empreiteira Andrade Gutierrez, operação da qual se suspeita que políticos brasileiros e portugueses receberam dinheiro para viabilizá-la.

Diante, portanto, das suspeitas que pairam sobre o efetivo elemento motivador e garantidor da manutenção do contrato entre a Octapharma e o Ministério da Saúde, o Parlamento e a sociedade brasileira não pode aceitar a falta de esclarecimento a

respeito da legalidade dessa relação comercial. Necessário que se faça minuciosa auditoria para identificar possíveis irregularidades, seus responsáveis, e proporcionar a aplicação das punições cabíveis. Auditoria que seguramente poderá aportar informações relevantes junto à Operação Marquês e até motivar melhor compartilhamento de informações entre as Operações Lava Jato e Marquês.

Sala das Sessões,

SENADOR ALVARO DIAS